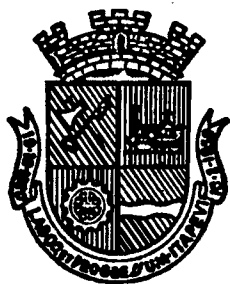


CÂMARA MUNICIPAL



DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 002/95

PROJETO Nº 002/95

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO

Autoriza abertura de Crédito Adicional
Especial, de até R\$ 110.000,00, e dá
providência Correlata.

LEI 1239/95

DIGITALIZADO

POR

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'S' or 'Z' followed by a vertical stroke.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 02/95

Itapevi, 06 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei, cujo teor dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial, de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), e dá providência correlata.

A importância da propositura em tela reside na necessidade de viabilizar a continuidade de atuação da CERPI - Comissão Especial de Regularização de Parcelamento de Solo Ilegais, especialmente no que se refere aos serviços técnicos de engenharia e topografia para regularização do loteamento denominado Parque Suburbano, bem como possibilitar correto desenvolvimento dos serviços funerários prestados pela Secretaria da Promoção Social.

Esclareço, a seguir, para correta análise por parte desse Legislativo, as razões que fundamentam a abertura do Crédito Adicional em questão:

Despesas da CERPI - de até R\$ 100.000,00

A Lei Municipal nº 1.155, de 25 de agosto de 1993, autorizou o Executivo a promover a regularização dos loteamentos e desmembramentos ilegalmente implantados no Município. Para execução das medidas cabíveis, determinou a abertura de Crédito Especial, de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros reais), em favor da Comissão Especial de Regularização de Parcelamentos de Solo Ilegais - CERPI.

A regularização determinada teve início no loteamento denominado Parque Suburbano - onde a ausência de regularização vem gerando problemas de extrema gravidade para a população -, pela contratação de empresa para prestação dos serviços técnicos de engenharia e topografia necessários.

Ocorre que o procedimento licitatório necessário, não obstante requisitado logo após a edição da Lei supra mencionada, por força dos prazos legalmente estipulados, possibilitou fosse a contratação efetivada tão somente no mês de dezembro de 1994.

Assim sendo, o crédito adicional especial concedido em agosto, em

RECEBEMOS

09/01/95

SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

decorrência do elevado processo inflacionário instalado no País à época, se mostrou pouco eficiente para cobertura das despesas necessárias. A rigor, quando de sua abertura, não se cogitava ainda na imensa gama de serviços que deveria este cobrir.

A inflação persistiu por alguns meses, e o crédito especial, sem correção, não logrou viabilizar sequer a cobertura do serviço contratado para viabilizar a regularização do Parque Suburbano.

O crédito a ser autorizado, portanto, será utilizado para cobertura dos débitos existentes para com a empresa que está executando os serviços mencionados, inclusive quanto ao pagamento do aditamento contratual a ser realizado, de 25% do valor total do instrumento, cuja necessidade foi localizada para conclusão a contento dos serviços.

Informo, ainda, que a despesa não foi incluída na proposta orçamentária de 1995 em razão do exíguo prazo para encaminhamento desta, ou seja, até 30 de setembro, ocasião em que os fatos narrados estavam, ainda, em fase de análise para correta definição, motivando, portanto, a abertura de Crédito Adicional Especial.

O crédito será coberto pela anulação parcial de dotação específica de obras/instalações de Velório e Cemitério, classificadas na área administrativa, por ser a que melhor se apresenta em razão de não existir maior urgência na realização destas, visto que esta Administração já executou diversas obras relativas ao Velório e ao Cemitério. A anulação, todavia, sendo parcial, possibilitará reserva de dotação para execução de serviço que eventualmente se apresente primordial.

Aquisição de Veículo Usado

A Lei Complementar nº 02, de 30 de novembro de 1994, elevou à categoria de público o serviço funerário executado no território do Município, instituindo o SERFI - Serviço Funerário do Município de Itapevi, órgão subordinado à Secretaria da Promoção Social do Município.

Conforme a norma legal, o SERFI tornou-se responsável pela administração de velórios e cemitérios no Município, necessitando, portanto, de equipamentos que viabilizem a execução dos serviços.

A edição da Lei foi, todavia, posterior ao encaminhamento da proposta orçamentária do exercício 1995, não sendo possível, portanto, incluir nessa a despesa em questão.

Anteriormente à edição da Lei, as despesas com o Velório



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Municipal corriam à conta de dotação própria, inserida no orçamento para a Secretaria de Administração. De fato existe, àquela Secretaria, reserva de dotação para aquisição de veículo, que poderia ser utilizada. Trata-se, no entanto, de dotação específica para aquisição de veículo novo, não sendo admissível, por força de Lei, naquela dotação, adquirir veículo usado.

Este Executivo pretende adquirir, para execução dos serviços, veículo usado, em boas condições, sobretudo em decorrência dos altos preços hoje existentes no mercado para veículos novos, de forma a propiciar sejam os serviços realizados sem onerar em demasia o Orçamento Municipal, possibilitando, desde já, o equilíbrio necessário entre receita/despesa. Para tanto, é preciso considerar os demais gastos que serão levados a efeito na área, principalmente pela isenção de tarifas às famílias de menor poder aquisitivo.

A cobertura da despesa será propiciada pela anulação parcial de dotação destinada à aquisição de equipamentos/materiais permanentes do setor administrativo, o que não resultará em qualquer prejuízo, visto que este setor detém, hoje, conforme acima exposto, as dotações relativas ao Velório Municipal.

Considerando, pelas razões expostas, justificada a abertura do Crédito Adicional Especial, solicito seja sua apreciação realizada em sentido de urgência, conforme prerrogativa concedida pela disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município, por se tratar de matéria de relevante interesse público.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

A COMISSÃO DE nº 001
2
nº 002
Sala das sessões 10 / 01 / 95
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 002/95

(Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, de até R\$ 110.000,00, e dá providência correlata)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, aprovado pela Lei nº 1.225, de 30 de novembro de 1994, de acordo com os artigos 41, II e 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abertura de Crédito Adicional Especial, de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte conformidade:

I - Até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - Gabinete do Prefeito - despesas da CERPI (Comissão Especial de Regularização de Parcelamentos de Solo Ilegais);

II - Até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) - Secretaria da Promoção Social - aquisição de veículo usado para o Velório Municipal.

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

I - Crédito a que se reporta o inciso I do artigo 1º - anulação parcial da dotação orçamentária de codificação 05.01-10603261.003-4110, em até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - Crédito a que se reporta o inciso II do artigo 1º - anulação parcial da dotação orçamentária de codificação 05.01-03070211.002-4120, em até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

APROVADO em 1ª Discussão
Sala das sessões 10 / 01 / 1995
Presidente

APROVADO em 2ª Discussão
Sala das sessões 10 / 01 / 1995
Presidente



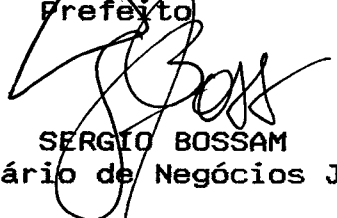
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º Revogam-se as disposições em
contrário.

Itapevi, 06 de janeiro de 1.995.


JOAO CARLOS CARAMEZ
Prefeito


SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 002/95

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada a que se objetar.

Quanto ao mérito, a propositura visa abrir crédito para atender as necessidades da Promoção Social.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery,

10 de janeiro de 1.995.-

Comissão 01

Valter Francisco Antônio

João Ferreira do Monte

Norma Lúcia R. de Souza

Antonio de Souza Farias

Benedito Vaz Ferreira

Comissão 02

Maerte Casagrande

Maria Ruth Banheizer

Hermogenez José Sant'Anna

Vital Ponciano dos Reis

José Francisco de Oliveira

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 002/95

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada a que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura visa
abrir crédito para atender as necessidades da Promoção Social.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprova-
ção do referido projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery,

10 de janeiro de 1.995.-

Comissão 01

Valter Francisco Antônio

João Ferreira do Monte

Norma Lúcia R. de Souza

Antonio de Souza Farias

Benedito Vaz Pereira

Comissão 02

Laerte Casagrande

Maria Ruth Banholzer

Hermogenez José Sant'Anna

Vital Ponciano dos Reis

José Francisco de Oliveira

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O Nº 002/95

(Projeto de Lei nº 002/95 - DO EXECUTIVO)

ACâmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

(Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, de até R\$ 110.000,00, e dá providência correlata)

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, aprovado pela Lei nº 1.225, de 30 de novembro de 1994, de acordo com os artigos 41, II e 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abertura de Crédito Adicional Especial, de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte conformidade:

I - Até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - Gabinete do Prefeito - despesas da CERPI (Comissão Especial de Regularização de Parcelamentos de Solo Ilegais);

II - Até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) - Secretaria da Promoção Social - aquisição de veículo usado para o Velório Municipal.

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

I - Crédito a que se reporta o inciso I do artigo 1º - anulação parcial da dotação orçamentária de codificação 05.01-10603261.003-4110, em até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - Crédito a que se reporta o inciso II do artigo 1º - anulação parcial da dotação orçamentária de codificação 05.01-03070211.002-4120, em até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 42 Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi,
11 de janeiro de 1.995.

JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente

SERGIO MONTANHEIRO
1º Secretário

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.239, DE 11 DE JANEIRO DE 1995

(Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, de até R\$ 110.000,00, e dá providência correlata)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, aprovado pela Lei nº 1.225, de 30 de novembro de 1994, de acordo com os artigos 41, II e 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abertura de Crédito Adicional Especial, de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte conformidade:

I - Até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - Gabinete do Prefeito - despesas da CERPI (Comissão Especial de Regularização de Parcelamentos de Solo Ilegais);

II - Até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) - Secretaria da Promoção Social - aquisição de veículo usado para o Velório Municipal.

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

I - Crédito a que se reporta o inciso I do artigo 1º - anulação parcial da dotação orçamentária de codificação 05.01-10603261.003-4110, em até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - Crédito a que se reporta o inciso II do artigo 1º - anulação parcial da dotação orçamentária de codificação 05.01-03070211.002-4120, em até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 42 Revogam-se as disposições em
contrário.

Itapevi, 11 de janeiro de 1995.

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em
livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 11 de
janeiro de 1995.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete